



**SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**

**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA – FOLHA DE RESPOSTAS**

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Orientações Gerais:**

1. Você recebeu do fiscal um caderno de provas contendo as provas **objetiva e discursiva** e a folha de respostas, que deverá ser preenchida somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.
2. Verifique se a prova objetiva contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com cinco opções de respostas (“a” a “e”). Cada questão terá apenas um item a ser considerado como resposta correta.
3. Serão consideradas incorretas as respostas que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com o edital e com as instruções da folha de resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
4. Verifique se a prova discursiva contém apenas 1 (uma) questão. A prova discursiva deverá ser manuscrita com letra legível. Essa prova servirá para avaliar, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão na modalidade escrita, coerência textual e manejo da língua portuguesa pelo candidato, sobretudo nos aspectos gramatical e ortográfico.
5. O candidato deverá transcrever, dentro do tempo de duração da prova, que é de 3 (três) horas, as respostas da prova para a folha de respostas, único documento válido para correção das provas objetiva e subjetiva. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. Qualquer consulta a qualquer material, comunicação entre os estudantes ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações, etc., acarretará a eliminação automática do candidato.
7. Só inicie a prova após a autorização do fiscal da sala.
8. Não será permitido ao estudante retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas antes de transcorrido duas horas do início da realização desta.
9. Os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação da prova, através do endereço eletrônico <http://www.maceio.al.gov.br/pgm/>.

**GABARITO DA PROVA OBJETIVA**

**Forma de marcação:**

A	
B	■
C	
D	
E	

**Respostas do (a) candidato(a):**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A																				
B																				
C																				
D																				
E																				

**Para uso exclusivo da comissão:**

Nota da Prova Objetiva: \_\_\_\_\_. Nota da Prova Discursiva: \_\_\_\_\_. Nota Final Total: \_\_\_\_\_.

Endereço: Rua Dr. Pedro Monteiro, nº. 291, Centro, Maceió. CEP 57020-380.

E-mail: [rh@pgm.maceio.al.gov.br](mailto:rh@pgm.maceio.al.gov.br)

CNPJ 12.200.135/0001-80





### **CADERNO DE PROVA - QUESTÕES OBJETIVAS**

1. Consoante dispõe o art. 1º da Constituição da República, o Estado brasileiro constitui:

- a) Um Estado Unitário, substanciado na União Federal, sendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios simples núcleos de descentralização administrativa;
- b) Uma Confederação, formada pela junção de Estados soberanos que cedem parte de sua autonomia a um ente central, no Brasil chamado de “União”;
- c) Uma República Federativa, formada pela união indissolúvel apenas dos Estados. Não são entes federativos o Distrito Federal e os Municípios. O Distrito Federal por ser ente despersonalizado tutelado pela União; os Municípios, por não possuírem representação no Senado Federal nem Poder Judiciário próprio;
- d) Uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal;
- e) Um Estado Autônomo, pois possui entes autônomos como os Estados e Municípios, mas entes sem autonomia, como o Distrito Federal e os eventuais Territórios, sendo uma forma intermediária entre o Estado Federal e o Estado Unitário.

2. Sobre a fiscalização das posturas municipais, assinale a alternativa correta:

- a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;
- b) A fiscalização do Município será exercida pela Assembleia Legislativa do Estado, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, onde se inserem parte das atribuições da Procuradoria-Geral do Município;
- c) A fiscalização do Município será exercida pelo Tribunal de Contas do Estado, que detém a exclusividade do controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;
- d) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, sendo vedada a existência de sistemas de controle interno;
- e) A fiscalização do Município será exercida pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, vedada qualquer forma de controle externo.

3. A Intervenção é medida política que consiste na supressão da autonomia de um ente federativo. Acerca desse instituto, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O decreto de intervenção deve especificar a amplitude, as condições e o prazo de execução, de forma que a medida será sempre temporária;
- b) Como regra, o Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal;

- c) O decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas;
- d) decreto de intervenção pode indicar resumidamente a amplitude e as condições de execução, sem estabelecer um prazo, de forma que a medida pode vigorar por tempo indeterminado;
- e) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, dentre outras hipóteses, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

4. Os direitos a seguir estão expressos no art. 5º da Constituição da República, **exceto**:

- a) Direito à igualdade;
- b) Direito à razoável duração do processo, seja ele judicial ou administrativo;
- c) Direito ao duplo grau de jurisdição;
- d) Direito à liberdade profissional;
- e) Direito ao contraditório e à ampla defesa.

5. De acordo com o art. 37, XVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, é vedada a acumulação remunerada de cargos. Tal regra, contudo, comporta exceções. Assinale a alternativa que **não** constitui exceção à proibição de acumulação de cargos:

- a) acumulação de dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários;
- b) acumulação de dois cargos de natureza técnica, quando houver compatibilidade de horários;
- c) acumulação de um cargo de professor com um cargo técnico, quando houver compatibilidade de horários;
- d) acumulação de um cargo de professor com um cargo científico, quando houver compatibilidade de horários;
- e) acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários.

6. Considerando a classificação dos bens públicos, os bens de uso especial são:

- a) alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) aqueles que não têm uma destinação pública definida e podem ser usados pelo município para fazer renda.
- c) aqueles destinados à utilização geral pelos indivíduos, podendo ser utilizados por todos em igualdade de condições.
- d) aqueles que visam à execução de serviços administrativos e serviços públicos em geral.
- e) impenhoráveis e sujeitos à usucapião.

7. No tocante à possibilidade da “celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de

gestão”, na forma da Lei nº 8.666/1993, tem-se a contratação direta com base na:

- a) dispensa de licitação.
- b) inexigibilidade de licitação.
- c) contrato de direito civil administrativo.
- d) nula de pleno direito.
- e) notoriedade de contratação em face do objeto.

**8.** Assinale a opção correta quanto aos poderes da Administração Pública:

- a) o poder hierárquico consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos, inclusive seus agentes.
- b) nenhum ato que envolva a consecução do poder de polícia pode ser delegado.
- c) o fato de ensejar atividades predominantemente positivas constitui uma característica privativa do poder de polícia.
- d) pelo poder discricionário, a lei deixa propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, sem limitação à escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato que deve ser praticado.
- e) as fases que compõem o poder de polícia, o denominado ciclo de polícia são: ordem, consentimento, fiscalização, sanção e competência.

**9.** O Novo Código de Processo Civil

- a) exige do juiz, sempre que inverter o ônus da prova, que dê oportunidade à parte para se desincumbir do ônus que lhe tenha atribuído.
- b) prevê que a distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, desde que celebrada durante o processo.
- c) extingue a ação cautelar de produção antecipada de provas, não sendo mais possível a dilação probatória em caráter antecedente.
- d) adota com exclusividade a distribuição dinâmica do ônus da prova.
- e) admite a utilização de prova produzida em outro processo, devendo o juiz, contudo, atribuir a ela o mesmo valor dado no processo originário.

**10.** Acerca dos prazos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) Se os autos do processo forem eletrônicos, havendo pluralidade de réus assistidos por advogados diferentes, mesmo que pertençam a sociedade de advogados em comum, estes terão o benefício da contagem de prazo dobrado para se defender.
- b) A suspensão dos processos, que ocorre entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, em virtude do recesso forense, suspenderá tanto os prazos processuais quanto os relativos a direito material.
- c) A contagem de prazos deverá ser feita em dias úteis, incluindo-se o dia em que foi praticado o ato e excluindo-se o dia do vencimento. Nos processos digitais, tais prazos, para serem considerados

tempestivos, deverão ser cumpridos das 6 às 22 horas do último dia do interregno.

- d) Em se tratando da hipótese de contagem de prazos em dobro, a parte beneficiária, para usufruir deste direito, deverá requerer ao juiz, que não poderá conceder tal benesse de ofício.
- e) A Fazenda Pública, o Ministério Público, e a Defensoria Pública, para contestar, recorrer e falar nos autos quando intimados gozam, em regra, de prazo em dobro.

**11.** A respeito dos recursos no processo civil, é correto afirmar:

- a) Os embargos serão opostos, no prazo de 10 dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e se sujeitam a preparo.
- b) cabe agravo de instrumento da decisão que julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- c) cabe agravo de instrumento dos despachos.
- d) o recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.
- e) a renúncia do direito de recorrer depende da anuência da outra parte.

**12.** Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- c) A lei revogada, regra geral, se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- e) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

**13.** Sobre pessoa natural e pessoa jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas; as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- e) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, não se

admitindo direito regressivo contra os causadores do dano.

**14.** Tratando-se de prescrição e decadência, é correto afirmar:

- a) Pode haver renúncia à decadência fixada em lei.
- b) Não corre prescrição pendendo condição suspensiva.
- c) A prescrição não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, salvo para beneficiar incapaz.
- d) Se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) A interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez.

**15.** Sobre empregado e empregador, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- b) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- c) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve, para os trabalhadores urbanos e rurais, em cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- d) A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.
- e) Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

**16.** Sobre terceirização, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.
- b) A contratante é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário.
- c) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
- d) É vedada a responsabilização automática da administração pública, só cabendo sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.
- e) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não afasta, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções.

**17.** No tocante aos recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias.
- b) recurso ordinário das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias.
- c) recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) agravo de instrumento das decisões interlocutórias no prazo de 8 (oito) dias.
- e) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de 5 (cinco) dias, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

**18.** Analise as seguintes assertivas sobre as preferências do crédito tributário na falência:

- I. O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
  - II. O crédito tributário da União tem preferência sobre os créditos tributários estaduais e municipais.
  - III. As multas tributárias não são exigíveis na falência. Quais estão corretas?
- a) Apenas I.
  - b) Apenas II.
  - c) Apenas III.
  - d) Apenas I e II.
  - e) Apenas II e III.

**19.** Em relação à dívida ativa tributária, é correto afirmar que:

- a) Regularmente inscrita, goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- b) Regularmente inscrita, goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- c) Regularmente inscrita, goza de presunção de certeza e liquidez, mas não produz efeito de prova pré-constituída.
- d) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
- e) A certidão correspondente ao crédito tributário que deixar de atender aos requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional será nula, não podendo, mesmo na via administrativa, ser sanada.

**20.** É uma das modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Isenção
- b) Anistia
- c) Remissão
- d) Parcelamento
- e) Moratória.

